

O ReArm Europe/Prontidão 2030 e os Limites da Autonomia Estratégica: Uma Perspetiva Geoeconómica sobre Inovação, Financiamento e Soberania Tecnológica na UE

Manuel Gomes Samuel

Auditor do Curso de Defesa Nacional (IDN, 2015).

Resumo

Este ensaio analisa os desafios e implicações geoeconómicas da nova estratégia europeia de defesa, centrada na meta do investimento de 5% do PIB no setor militar, como acordado na Cimeira da NATO de junho de 2025. Partindo da hipótese de que este objetivo só poderá ser atingido com uma reestruturação económica e regulatória profunda que acelere significativamente o crescimento económico, o texto explora os riscos de um rearmamento sem base financeira, as condições estruturais para um esforço sustentável, e a importância de garantir a soberania tecnológica e industrial da Europa. Propõem-se três cenários estratégicos para o futuro da política europeia de defesa, reforçando a urgência de uma abordagem integrada entre defesa, inovação, incentivos ao empreendedorismo, política fiscal e comércio internacional.

Palavras-chave: ReArm Europe/Readiness 2030; Geoeconomia; Inovação; Soberania Tecnológica; Regulamentação; Defesa Europeia.

Artigo recebido: 12.08.2025

Aprovado: 24.10.2025

<https://doi.org/10.47906/ND2025.172.02>

Abstract

ReArm Europe/Readiness 2030 and the Limits of Strategic Autonomy: A Geoeconomic Perspective on Innovation, Financing, and Technological Sovereignty in the EU

This essay analyzes the geoeconomic challenges and implications of the new European defense strategy, centered on the 5% of GDP investment target agreed at the 2025 NATO Summit. Based on the hypothesis that this goal can only be achieved through a profound economic and regulatory overhaul that will considerably boost economic growth, the text explores the risks of rearmament without financial foundation, the structural conditions for a sustainable effort, and the importance of securing Europe's technological and industrial sovereignty. Three strategic scenarios for the future of European defense policy are presented, reinforcing the urgency of an integrated approach linking defense, innovation, business incentives, fiscal policy, and external trade.

Keywords: ReArm Europe/Readiness 2030; Geoeconomics; Innovation; Technological Sovereignty; Regulation; European Defense.

1. Introdução

A Cimeira da NATO realizada na Haia, em junho de 2025, representa uma inflexão histórica na arquitetura de segurança e defesa da Europa. Pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria, os Estados europeus – muitos dos quais membros da União Europeia – comprometeram-se a aumentar os seus gastos com a segurança e defesa até 5% do PIB. Esta decisão, consagrada no comunicado final da Cimeira (NATO, 2025), surge num contexto de múltiplas ameaças: a persistência da guerra na Ucrânia, a crescente assertividade da China no Indo-Pacífico, o colapso das garantias multilaterais do pós-Guerra Fria e, sobretudo, a incerteza quanto à fiabilidade futura dos Estados Unidos como garante da segurança europeia. Como salientaram Moravcsik (2024) e Kagan (2023), a possível reeleição de Donald Trump para um novo mandato, como veio a confirmar-se pouco tempo depois, reforçava o imperativo de uma autonomia estratégica europeia efetiva, e não meramente retórica.¹

Esta viragem geopolítica coincide com uma transição tecnológica disruptiva, marcada pela militarização de tecnologias emergentes como a inteligência artificial (IA), a computação quântica, os drones autónomos, a ciberdefesa e os sistemas de guerra cognitiva. A guerra contemporânea, como ilustrado nos conflitos da Ucrânia e de Gaza, é definida menos por tanques e mais por dados, algoritmos e capacidades adaptativas. Autores como Jean-Baptiste Jeangène Vilmer (2022) e Frank Sauer (2021) sublinham que a disruptão tecnológica está a transformar os conceitos tradicionais de dissuasão e projeção de poder.² Neste novo contexto, a supremacia militar depende crescentemente da capacidade de integrar as inovações tecnológicas num contexto de produção industrial escalável.

Segundo o relatório da Agência Europeia de Defesa (EDA, 2024), mais de 70% dos sistemas que determinarão o campo de batalha até 2040 serão de uso dual (civil-militar).³ A convergência entre os setores tecnológicos e militares exige uma capacidade de financiamento e inovação que transcende os modelos orçamentais tradicionais. Contudo, a Europa encontra-se em desvantagem: segundo o relatório da McKinsey & Company (2024), as startups de IA na Europa captam menos de 7%

1 Ver também: Biscop, Sven (2020). *Europe and Trump: Strategic Autonomy at Last?* Egmont Institute. Este autor argumenta que a imprevisibilidade dos EUA sob Trump acelerou o debate europeu sobre a autonomia estratégica, especialmente em França e na Alemanha.

2 Jeangène Vilmer, J.-B. (2022). *La Guerre Cognitive*; Sauer, F. (2021). *Autonomous Weapons and the Future of War*. Ambos os autores alertam para a substituição progressiva da força bruta por capacidades cognitivas, cibernéticas e algorítmicas.

3 As tecnologias *dual-use* são inovações com aplicação simultânea nos domínios civil e militar, como inteligência artificial, drones ou semicondutores. São consideradas estratégicas por reforçarem a soberania tecnológica e o tecido industrial.

do capital de risco global, contrastando com os 45% nos Estados Unidos e os 22% na China. Esta lacuna tecnológica e financeira coloca em causa a possibilidade de autonomia real.

A cresce que as próprias regras que regem o espaço económico europeu têm inibido a criação de ecossistemas tecnológicos de defesa competitivos. O AI Act aprovado pela UE (2024) – embora baseado em princípios éticos importantes – tem sido criticado por autores como Andrea Renda (CEPS, 2024) e pela European AI Alliance por ser excessivamente restritivo e dificultar a escalabilidade dos modelos europeus de IA. Este peso normativo, aliado à ausência de um verdadeiro mercado único de capitais, limita a capacidade da Europa em competir no tabuleiro da soberania tecnológica.

Neste quadro, a decisão de rearmar a Europa não pode ser analisada apenas sob a ótica militar ou securitária. Está em causa uma transformação estrutural do papel da Europa na ordem internacional. A política de segurança e defesa torna-se aqui o catalisador de uma geoestratégia económica que obriga a repensar as bases do modelo europeu. Como afirmou Josep Borrell, ex-Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e para a Política de Segurança, “sem soberania tecnológica, não há autonomia estratégica” (EU External Action Service, 2023). A Europa encontra-se, assim, perante um dilema existencial: ou lidera uma revolução geoeconómica que sustente o seu esforço de defesa com meios próprios, ou resigna-se a uma posição periférica, dependente, sobretudo, dos EUA. O objetivo deste ensaio é justamente demonstrar que, sem uma transformação profunda do modelo económico europeu – nomeadamente ao nível da desregulamentação, da união fiscal e do aprofundamento do mercado de capitais –, o projeto ReArm Europe será insustentável. Esta tese ecoa os diagnósticos de autores como Edward Luttwak (1990), que defendem que a geoeconomia é o verdadeiro terreno de disputa do poder internacional.⁴ Mais do que aumentar o orçamento da defesa, trata-se de repensar os fundamentos estruturais da soberania europeia. O esforço orçamental de 5% do PIB apenas terá efeitos positivos se for acompanhado por reformas profundas que libertem o potencial inovador, financeiro e industrial do continente. Sem isso, o projeto poderá levar não à autonomia estratégica, mas a uma nova forma de dependência assimétrica, como tem sido alertado nos relatórios do EU Institute for Security Studies (EUISS, 2024). Ao longo deste ensaio, argumentar-se-á que a geoeconomia é o eixo invisível da autonomia estratégica. Discutiremos o contexto da decisão política, os desafios económicos, os riscos de uma corrida ao armamento sem base produtiva e as condições para uma revolução estruturante. Concluiremos com uma

4 Luttwak, Edward N. (1990). “From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce.” *The National Interest*, n.º 20. Luttwak argumenta que, no mundo pós-Guerra Fria, o conflito entre potências passa cada vez mais por instrumentos económicos e comerciais.

reflexão sobre o que está verdadeiramente em jogo: não apenas a segurança da Europa, mas o seu lugar na nova ordem multipolar baseada na soberania tecnológica, na integração industrial e na capacidade de agir com autonomia num sistema internacional em recomposição.

2. O Contexto Atual: O *Rearm Europe/Prontidão 2030* e o Paradigma da Inovação

O compromisso dos Estados-membros da NATO com a meta de 5% do PIB na defesa não surgiu de repente. Resulta de uma longa evolução das exigências transatlânticas em matéria de partilha de encargos, iniciada após a Guerra Fria e intensificada desde a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014. Já na Cimeira de Gales (2014), os aliados tinham acordado elevar gradualmente os seus orçamentos de defesa para 2% do PIB – meta que, em 2023, apenas nove dos 31 membros da Aliança tinham atingido (NATO, 2024).⁵ Os Estados Unidos, tradicionalmente responsáveis por mais de 70% da despesa total da NATO, intensificaram a pressão sobre os parceiros europeus, em especial durante as administrações de Donald Trump e Joe Biden, apelando a uma maior autonomia e responsabilidade coletiva (Hamilton, 2020; Sloan, 2021).

O salto para os 5%, agora alvo de forte pressão por parte da segunda administração Trump, representa uma rutura não só quantitativa, mas também qualitativa: pela primeira vez, os países europeus enfrentam o desafio de construir uma base industrial de defesa tecnologicamente avançada, capaz de sustentar o esforço de rearmamento de forma autossuficiente. A decisão traduz uma tentativa de reequilibrar a relação transatlântica e de reduzir a vulnerabilidade estratégica face à possibilidade de retração do apoio norte-americano. Tal movimento exige repensar a arquitetura de segurança europeia, passando de uma postura reativa para uma lógica de projeção e inovação (Howorth, 2019).

Esta transição ocorre num contexto marcado pelo fim da era da indústria militar tradicional. Como observam Mary Kaldor (1999) e Chris Coker (2021), o conflito moderno é cada vez mais definido pela desmaterialização da guerra, pelo protagonismo de atores não-estatais e pelo domínio do ciberespaço. A nova tipologia de guerra – descrita como “guerra algorítmica” por vários autores, nomeadamente Kissinger et al. (2021) e Jean-Baptiste Jeangène Vilmer (2022) – depende da inteligência artificial, dos sistemas autónomos, da computação quântica, do *blockchain*,

5 Ver NATO (2023). *Defence Expenditure of NATO Countries (2014-2023)*. Dados oficiais revelam que, em 2023, apenas EUA, Reino Unido, Polónia, Estónia, Lituânia, Letónia, Grécia, Hungria e Eslováquia atingiram a meta dos 2%, com a média europeia situada nos 1,7% do PIB.

dos sensores distribuídos e da superioridade na gestão de dados em tempo real (Boulanin et al., SIPRI, 2023).⁶

No entanto, a Europa apresenta sérias lacunas nestas áreas. O relatório *Technology Gaps in European Defence* (EDA, 2024) da Agência Europeia de Defesa identifica fragilidades estruturais em setores como semicondutores, serviços de computação em nuvem com soberania digital, IA generativa e sensores de nova geração. A dependência da Europa face a fornecedores estrangeiros – sobretudo norte-americanos – na área da computação e da vigilância por satélite compromete a soberania digital do continente (Vestager, 2023).

O *AI Act* da União Europeia (2025), apesar de ser pioneiro no quadro regulatório global, foi criticado por entidades como o European AI Forum e o Center for Data Innovation por dificultar a escalabilidade das *startups* europeias, ao impor obrigações de *compliance* e *due diligence* dispendiosas e complexas. Em contraste, os EUA têm beneficiado de ecossistemas mais ágeis e do apoio direto do setor público à inovação militar, como demonstram os programas da Defense Advanced Research Projects Agency (DARPA) e os contratos do Pentágono com empresas como a Palantir e a Anduril (Khan, 2022). Já a China avança num paradigma totalmente distinto, no qual a regulação é subordinada à estratégia industrial do governo. Através de planos como o *Made in China 2025* e de subsídios diretos às empresas de alta tecnologia, o Estado chinês impulsiona ecossistemas locais de inovação com uma clareza de propósito ausente no modelo europeu – que, embora preocupado com os riscos, muitas vezes se torna refém da própria prudência.

Além disso, a fragmentação do mercado de capitais europeu limita a mobilização de recursos privados para tecnologias de duplo uso. A Comissão Europeia (2024), no seu relatório sobre a União dos Mercados de Capitais, destaca que o financiamento em capital de risco na Europa representa apenas cerca de 15% do volume observado nos EUA. Esta escassez de capital é especialmente grave no setor da defesa, onde os riscos normativos e reputacionais afastam investidores institucionais (Bruegel, 2023).⁷

No domínio dos drones e da robótica, a Europa permanece atrás das potências concorrentes. Enquanto os EUA e a China investem massivamente em plataformas letais autónomas (LAWS) e em sistemas táticos integrados, o projeto *Eurodrone*, liderado pela Airbus, Leonardo e Dassault, continua a enfrentar atrasos e restrições orçamentais (EDA, 2024). A indústria europeia de robótica militar, ainda muito

6 Ver Boulanin, V. et al. (2023). *AI and the Future of Conflict*. Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). O relatório detalha como os algoritmos de *machine learning*, os sistemas *edge computing* e a *cloud* militar são já determinantes nas atuais operações de comando e controlo.

7 Ver Bruegel Policy Brief (2023). *Europe's Venture Capital Gap: Why Defence Tech Struggles to Scale*. O estudo aponta a ausência de um verdadeiro Defense Investment Vehicle europeu como um dos principais entraves ao desenvolvimento de tecnologias militares.

dependente de *spin-offs* universitários e projetos-piloto, carece de coordenação política e financiamento estratégico (Fiott, EUISS, 2023).

Como conclui Daniela Schwarzer (ECFR, 2022), a autonomia estratégica europeia só será alcançada através de uma “aliança entre a inovação e o poder fiscal”, capaz de articular investimento público, regulamentação inteligente e cooperação industrial transnacional. O *ReArm Europe* representa, neste sentido, não apenas um esforço militar, mas um teste de stress institucional para o projeto europeu.

A Europa precisa de assumir a inovação como um instrumento de soberania. Tal como sublinham Nye e Welch (2021), na nova ordem internacional a vantagem não será garantida pela superioridade numérica ou territorial, mas pela capacidade de gerar, adaptar e aplicar conhecimento tecnológico de forma rápida e coordenada.

3. Os Riscos de Uma Corrida ao Rearmamento Sem Base Económica

O compromisso de elevar os gastos com defesa até 5% do PIB, representa uma ruptura sem precedentes no equilíbrio orçamental dos Estados europeus. Esta decisão estratégica coloca pressões particularmente elevadas sobre as finanças públicas de países com elevada rigidez estrutural, baixa margem fiscal e níveis críticos de endividamento. Itália, Grécia, Portugal, Espanha e Bélgica exibem rácios de dívida pública superiores a 100% do PIB, com Itália a atingir os 144%, Grécia os 167% e Portugal cerca de 112% (Eurostat, 2024).⁸ Num contexto de quase estagnação económica, taxas de juro relativamente elevadas e envelhecimento demográfico, o aumento abrupto da despesa militar poderá representar um risco sistémico para a sustentabilidade das finanças públicas.

A experiência da crise da dívida soberana entre 2010 e 2013 continua a ser uma referência obrigatória. Durante esse período, vários países da periferia da zona euro foram obrigados a implementar programas de ajustamento estrutural impostos pela troika (Comissão Europeia, BCE e FMI), o que resultou em cortes drásticos na despesa pública, aumento do desemprego, emigração jovem e enfraquecimento do Estado social. A literatura económica é clara quanto aos custos sociais e políticos dessas medidas. Mark Blyth (2013) descreve a austeridade como uma “ideia perigosa” que destruiu a coesão social sem resolver as causas estruturais da crise.⁹ Adam Tooze (2018) argumenta que a resposta europeia à crise foi excessivamente

8 Ver Eurostat (2024). *Government finance statistics*. Última atualização trimestral disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat>. Os dados incluem a dívida bruta consolidada em percentagem do PIB no final do primeiro trimestre de 2024.

9 Blyth, M. (2013). *Austerity: The History of a Dangerous Idea*. Oxford University Press. Este autor defende que as medidas de austeridade resultam mais de opções ideológicas do que de imperativos económicos comprovados.

ortodoxa e negligenciou os impactos políticos da deslegitimação institucional. A estrutura da despesa pública na maioria dos países europeus é altamente rígida. Gastos com pensões, saúde e educação representam cerca de dois terços dos orçamentos nacionais, sobretudo em economias com população envelhecida (OCDE, 2023). A compressão desta despesa – essencial para financiar um novo ciclo de rearmento – pode gerar forte oposição pública, greves, perda de legitimidade democrática e polarização política. Países com sistemas de proteção social universais e partidos populistas em ascensão poderão ver os seus governos cair perante uma percepção generalizada de prioridades erradas.

O risco de contágio financeiro é também real. Paul De Grauwe (2012) demonstrou que a zona euro, ao carecer de um verdadeiro orçamento comum e de instrumentos de mutualização de risco, é vulnerável a ataques especulativos¹⁰. Barry Eichengreen (2015) sublinha que as crises de confiança nos mercados de dívida soberana, mesmo que inicialmente localizadas, rapidamente se espalham através dos mecanismos de integração monetária e financeira. Um aumento simultâneo da despesa militar sem mecanismos de compensação comuns poderá acionar reacções negativas dos mercados, elevando os *spreads* da dívida e reduzindo a margem de manobra fiscal dos Estados mais frágeis.

Por conseguinte, a possibilidade de uma nova crise de dívida na periferia da zona euro – desencadeada pelo enorme aumento dos orçamentos de defesa – não pode ser descartada. Segundo o FMI (2024), a resiliência orçamental de várias economias europeias está no limite, com elevada exposição a choques externos e dependência de refinanciamento nos mercados secundários. A pressão para equilibrar aumentos orçamentais com as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento poderá forçar cortes em áreas sensíveis ou o adiamento de reformas estruturais essenciais.

Adicionalmente, há o risco de *crowding out*: a canalização de recursos para a defesa pode excluir investimentos públicos e privados em setores críticos como a educação, a ciência, a energia e a transição digital. Paul Krugman (2022) salienta que, em contextos de fraco crescimento e elevada dívida, o investimento estatal mal orientado pode ter retornos marginais negativos e agravar a estagnação. A teoria da soma nula – onde o aumento de um setor implica perdas noutra área – ganha atualidade se o crescimento potencial da economia permanecer deprimido.

Do ponto de vista histórico, o caso soviético é emblemático. Durante as décadas de 1970 e 1980, a URSS canalizou entre 12% e 15% do seu PIB para a defesa, sacrificando a inovação civil, o consumo interno e a produtividade industrial. Segundo Mark Harrison (2003), este esforço excessivo contribuiu para a estagnação económica e

10 De Grauwe, P. (2012). *The Governance of a Fragile Eurozone*. CEPS Policy Brief. O autor argumenta que a arquitetura incompleta da zona euro amplia a vulnerabilidade dos países mais frágeis perante choques externos ou em face de incertezas e volatilidade nos mercados financeiros.

para o colapso do regime.¹¹ A lição para a Europa é clara: rearmar sem uma base produtiva diversificada e resiliente pode enfraquecer, e não fortalecer, a soberania da União.

A literatura sobre a economia da defesa também aponta para a importância de considerar o “multiplicador fiscal” do investimento militar. Embora alguns autores, como Benoît Cœuré (BIS, 2023), reconheçam que os gastos militares podem ter efeitos contracíclicos em economias estagnadas, outros alertam para o facto de que esses investimentos, quando não ancorados na capacidade produtiva interna, geram fugas de capital e aumentam a subordinação externa. A compra de armamento a fornecedores extraeuropeus, nomeadamente norte-americanos, reduz o efeito multiplicador interno e agrava os défices externos (Hartley e Sandler, 2007).

Daí a importância da criação do Fundo Europeu de Defesa, estabelecido em 2017. O Fundo começou a operar em 2021 e visa acelerar o esforço de rearmamento, evitar distorções entre Estados-membros e promover economias de escala. No entanto, financia apenas projetos de inovação em tecnologias *dual-use*, excluindo programas estritamente militares. Acresce que o seu orçamento – €8 mil milhões para o período 2021-2027 – tornou-se hoje marginal face às necessidades decorrentes do programa *ReArm Europe*. A Comissão Europeia estima que apenas 2% dos projetos de inovação nas áreas da segurança e defesa recebem financiamento do Fundo, devido a critérios excessivamente rígidos e à fragmentação burocrática (Fiott, EUISS, 2023). Por outro lado, o Fundo não tem acesso direto a investimento institucional (exemplo: fundos de pensões, *venture capital*), ao contrário de modelos como o DARPA nos EUA. A reforma do Fundo, dotando-o de garantias soberanas conjuntas e mecanismos de securitização de ativos, nomeadamente títulos garantidos por contratos de defesa, permitiria superar as suas atuais limitações. Essa evolução, inspirada no *NextGenerationEU* (Pisani-Ferry e Zettelmeyer, 2020), exigiria uma revisão do Quadro Financeiro Plurianual para além de 2027.

Finalmente, é importante reconhecer o risco político associado a uma estratégia de rearmamento descoordenada. A imposição de metas orçamentais elevadas sem mecanismos de solidariedade europeia pode alimentar sentimentos nacionalistas, anti-europeus e anti-democráticos. Como observou Dani Rodrik (2011), a perda de espaço de manobra política dos Estados sem compensações institucionais supranacionais eficazes conduz à erosão da legitimidade democrática. O desafio europeu não é apenas económico ou militar: é profundamente político.

11 Harrison, M. (2003). “The Political Economy of a Soviet Military-Industrial Complex.” *Comparative Economic Studies*, Vol. 45, No. 3. O autor descreve como o esforço militar excessivo comprometeu a produtividade total dos fatores e a competitividade da economia soviética.

4. A Revolução Necessária: Condições para Um *Rearm Europe/Prontidão 2030 Sustentável*

Perante o risco de uma derrapagem orçamental ou de uma nova crise da dívida soberana, a única forma de tornar o projeto *ReArm Europe* viável é através de uma transformação estrutural do modelo económico europeu. Esta transformação deve assentar em três pilares principais: desregulamentação inteligente, união dos mercados de capitais e coordenação fiscal estratégica.

O primeiro pilar diz respeito à necessidade de eliminar os entraves à inovação. A literatura sobre crescimento endógeno (Romer, 1990; Aghion e Howitt, 2009) é clara: a produtividade depende da capacidade de gerar e difundir inovação tecnológica. Na Europa, essa capacidade encontra-se cerceada por um excesso de regulamentação, procedimentos burocráticos complexos e uma cultura de aversão ao risco. O Relatório Anual do European Innovation Scoreboard (2024) confirma que, apesar dos elevados níveis de investimento público, a UE continua atrás dos EUA e da China em inovação disruptiva.

O segundo pilar centra-se na criação de uma verdadeira União de Mercados de Capitais. A fragmentação dos mercados financeiros europeus impede a mobilização de financiamento privado em escala. Como destaca Philippon (2019), o mercado financeiro europeu é menos eficiente, mais caro e menos competitivo do que o americano. O *Capital Markets Union Progress Report* da Comissão Europeia (2024) reconhece que, sem instrumentos comuns de financiamento, as *startups* e *scale-ups* europeias de defesa e tecnologia continuarão a ser adquiridas por capitais extraeuropeus, muitas vezes norte-americanos ou chineses. A criação de veículos europeus de investimento estratégico, como o *European Sovereignty Fund*,¹² proposto por Thierry Breton, seria um passo fundamental para canalizar poupança interna para sectores críticos, corrigir assimetrias no acesso ao financiamento e evitar a contínua perda de ativos tecnológicos para potências externas com mercados de capitais mais integrados e agressivos. Tal fundo permitiria reforçar a autonomia estratégica europeia e dar escala ao esforço de reinustrialização impulsionado pelo *ReArm Europe* (Bruegel, 2023).

O terceiro pilar é a coordenação fiscal. O atual quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento impõe limites rígidos ao défice e à dívida, muitas vezes incompatíveis com o tipo de investimento de longo prazo exigido pelo rearmento e pela transição tecnológica. Vários economistas têm defendido a reformulação dessas regras para distinguir claramente entre despesa corrente e despesa de

12 European Commission (2023). *European Sovereignty Fund – Proposal for a Regulation*. A proposta visa criar um mecanismo de financiamento europeu para apoiar setores estratégicos como semicondutores, inteligência artificial, baterias elétricas, *cloud* soberana e defesa avançada.

investimento estratégico (Blanchard, Leandro e Zettelmeyer, 2021).¹³ A adoção de um orçamento europeu capaz de absorver choques e de direcionar investimento estratégico implicaria abandonar a rigidez fiscal que caracteriza o atual modelo europeu – como defende Jean Pisani-Ferry no contexto das transições verde e digital.¹⁴ A inclusão do investimento em defesa e tecnologia entre as *Golden Rules* orçamentais permitiria escapar à armadilha da austeridade.

A integração destas três dimensões tornaria possível financiar uma verdadeira agenda de *dual-use innovation*. Exemplos incluem IA generativa aplicada a sistemas de comando e controlo, semicondutores para comunicações seguras, cibersegurança baseada em encriptação quântica e *cloud computing* soberana. Estas tecnologias não só reforçariam a capacidade militar da Europa, como também a sua competitividade industrial global (Mazzucato, 2013; Boucher e Delaporte, 2022).

Adicionalmente, é fundamental articular esta transformação com as políticas de transição ecológica e digital, já previstas no *European Green Deal* e no programa *Digital Europe*. Como argumenta Mariana Mazzucato, o Estado deve agir como catalisador e impulsor de projetos públicos ambiciosos, orientando o mercado para objetivos estratégicos (Mazzucato, 2018). O *ReArm Europe* pode ser uma dessas ambições – desde que o financiamento, a inovação e a fiscalidade sejam concebidos de forma integrada.

Esta revolução exige também vontade política. A governação económica da zona euro permanece dominada por uma lógica intergovernamental condicionada por limitações à mutualização de riscos e à ação coordenada. A criação de instrumentos orçamentais partilhados, como um verdadeiro orçamento da zona euro, seria decisiva para tornar viável uma estratégia de reindustrialização e rearmamento soberano (Draghi e Macron, 2023).

Neste contexto, as propostas do Relatório Draghi (2024) oferecem uma base estratégica coerente com a visão delineada neste capítulo. Draghi sublinha que sem uma ação coordenada a nível europeu, com instrumentos comuns de financiamento e uma abordagem integrada à inovação e à produtividade, a Europa arrisca-se a estagnar. A sua estratégia apoia-se em três frentes fundamentais: (i) a criação de um fundo europeu de soberania industrial, com capacidade para mobilizar capital em larga escala para setores críticos; (ii) a construção efetiva de uma União dos

13 Blanchard, O., Leandro, Á., e Zettelmeyer, J. (2021). *Revisiting the EU Fiscal Framework: Rationale, Pitfalls, and Options*. Bruegel Policy Contribution. O estudo propõe a substituição das regras centradas em défices nominais por critérios estruturais mais compatíveis com o crescimento e investimento.

14 Pisani-Ferry em *Fiscal Policy for the Green and Digital Transition*, Bruegel Policy Contribution (2023) sublinha que a rigidez fiscal atual inibe o investimento público necessário para transições estruturais e defende uma abordagem mais flexível e adaptativa.

Mercados de Capitais, de modo a canalizar poupança privada para o investimento produtivo; e (iii) a revisão das regras orçamentais europeias para permitir uma maior flexibilidade fiscal orientada ao investimento estratégico. Draghi propõe ainda o reforço da capacidade administrativa e técnica da Comissão Europeia para implementar estas políticas, defendendo uma governação mais centralizada em matérias económicas da União. O alinhamento entre estas recomendações e os pilares propostos no presente ensaio evidencia que o *ReArm Europe* só será exequível se ancorado numa transformação profunda da arquitetura económica europeia – uma transformação que exige não apenas recursos, mas também visão política e coragem institucional.

5. Geoeconomia da Soberania: O Que Está Verdadeiramente em Jogo

Para além dos desafios orçamentais e institucionais, o verdadeiro significado do *ReArm Europe* reside na sua dimensão geoeconómica. O esforço de rearmamento europeu não é apenas uma resposta às ameaças externas; é também uma batalha pelo posicionamento estratégico da Europa numa nova ordem internacional multipolar, marcada pela competição tecnológica e pela instrumentalização do comércio e da inovação como instrumentos de poder.

A eleição de Donald Trump em 2016 e o regresso à linha dominante da política republicana, reforçado com a sua reeleição em 2024, revelam uma visão profundamente transacional da segurança transatlântica. Segundo autores como Robert Kagan (2018) e Thomas Wright (2020), Trump sempre encarou a NATO menos como uma aliança de valores e mais como uma estrutura assimétrica de trocas comerciais: os EUA fornecem segurança, os europeus devem pagar por ela. A sua pressão constante para que os aliados aumentem os gastos com a defesa culminou, paradoxalmente, não apenas no reforço orçamental europeu, mas também na criação de uma nova subordinação económica.

Ao impulsionar os europeus a investir mais em defesa sem, ao mesmo tempo, promover a sua autonomia industrial, Trump está abertamente a favorecer a indústria americana de armamento. Como documenta o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI, 2024), as exportações de material militar dos EUA para a Europa aumentaram 42% entre 2019 e 2024, com destaque para sistemas de defesa antiaérea, drones e sensores táticos baseados na IA. Empresas como Raytheon, Lockheed Martin e Northrop Grumman beneficiam diretamente desta expansão – e da incapacidade europeia de produzir alternativas em tempo útil. A estratégia de Trump ilustra perfeitamente a tese de Luttwak (1990): controlar as redes de valor tecnológico é a nova forma de exercer poder.

Este fenómeno ilustra o conceito de *geo-economic entrapment* descrito por Mark Leonard (2021):¹⁵ ao forçar os europeus a comprar equipamento militar americano para cumprir metas estabelecidas nos fóruns multilaterais, Washington aprofunda a vulnerabilidade estratégica de Bruxelas em relação aos seus interesses comerciais. A competição na área da IA é o campo mais evidente desta lógica. Enquanto os EUA lideram com empresas como a Palantir, a Anduril ou a OpenAI, a Europa luta com *startups* subfinanciadas e severamente reguladas (Zuboff, 2019; Brunnermeier et al., 2021).

No campo dos drones e da robótica militar, a desvantagem europeia é particularmente visível. O atraso do projeto *Eurodrone* contrasta com a dinâmica e agilidade dos fabricantes norte-americanos, que se reflete hoje em dia num crescimento exponencial de produção e utilização de UAVs com capacidades de decisão autónoma assistida pela IA. Segundo Andrea Gilli e Mauro Gilli (2020), a supremacia tecnológica americana assenta na interligação entre I&D militar, universidades de ponta e capital de risco privado. A Europa, ao fragmentar os seus recursos e insistir em regras rígidas de concorrência, continua incapaz de replicar o modelo norte-americano.

A soberania, neste quadro, deve ser entendida no sentido geoeconómico: não se trata apenas de decidir autonomamente, mas de produzir, inovar e distribuir com autonomia. Como sustenta Joseph Nye (2004), o poder do século XXI é uma combinação de força militar (*hard power*), atratividade normativa (*soft power*) e capacidades tecnológicas (*smart power*). A Europa dispõe do segundo, ambiciona o primeiro, mas está a perder o terceiro. E sem capacidades tecnológicas próprias, o esforço militar europeu corre o risco de reforçar os seus rivais e não os seus aliados.

A estratégia americana pós-2016 pode ser interpretada como um exercício sofisticado de *realpolitik* comercial: não apenas induziu os seus aliados a gastar mais em defesa, como redirecionou esses recursos financeiros para a sua própria base industrial. O National Defense Strategy dos EUA (DoD, 2022) já previa a utilização da superioridade em tecnologias emergentes como vantagem competitiva e como instrumento de influência sobre aliados e adversários. Donald Trump tem por objectivo acelerar essa tendência.

15 O conceito de *geo-economic entrapment* foi desenvolvido por Mark Leonard na obra *The Age of Unpeace* (2021), onde argumenta que, numa era marcada por interdependência profunda entre Estados, os laços económicos – outrora instrumentos de estabilidade – transformaram-se em fontes de vulnerabilidade estratégica. Leonard defende que esta “armadilhagem geoeconómica” ocorre quando os países não conseguem desvincular-se de relações económicas com rivais sistémicos (por exemplo, os EUA em relação à China), mesmo quando essas ligações comprometem a sua autonomia política ou segurança nacional.

Neste contexto, o verdadeiro desafio para a Europa é evitar transformar-se numa *consumer economy of security*, dependente de tecnologias exógenas e incapaz de definir a sua própria estratégia. A soberania exige não apenas investimento, mas uma visão clara sobre como transformar esse investimento em capacidades endógenas, exportáveis e interoperáveis com os parceiros, mas não subordinadas a eles.

6. Conclusão: Cenários Para a Autonomia Estratégica Europeia

O projeto *ReArm Europe* representa uma encruzilhada histórica para o continente europeu. A sua ambição é louvável: transformar a Europa numa potência estratégica autónoma, capaz de se defender, inovar e agir com independência num sistema internacional em recomposição. Mas a concretização dessa ambição exige muito mais do que vontade política e aumentos orçamentais. Requer uma verdadeira revolução estrutural ou, numa linguagem já em desuso mas pertinente, uma reengenharia profunda das capacidades económicas, industriais e financeiras da União Europeia.

Este ensaio visa demonstrar que, sem reformas estruturais profundas – desde a flexibilização e redução normativa até à integração dos mercados financeiros – o esforço de rearmamento poderá revelar-se contraproducente: não só insustentável financeiramente, mas geopoliticamente desfavorável, aprofundando a dependência tecnológica e industrial face aos Estados Unidos.

Para ancorar esta reflexão final numa abordagem estratégica, apresentamos a seguir três cenários de planeamento geoestratégico até 2035. Estes cenários, inspirados em métodos de *foresight* aplicados por instituições como o EU Institute for Security Studies (EUISS, 2023)¹⁶, a RAND Corporation (2021) e a NATO Strategic Foresight Analysis (2022), permitem mapear os futuros possíveis da política de defesa e da autonomia estratégica europeia.

Cenário 1: Continuidade e assimetria

A Europa cumpre progressivamente as metas orçamentais da Cimeira de Haia de 2025, mas continua a adquirir sistemas de defesa e tecnologia de terceiros países, principalmente dos EUA. A indústria europeia de defesa permanece fragmentada e lenta, incapaz de competir com os gigantes americanos e chineses. As tecnologias

16 EUISS – European Union Institute for Security Studies (2023). *What if...? Scanning the Future of European Security and Defence*. Paris: EUISS. Conjunto de cenários estratégicos desenvolvidos para orientar políticas públicas de defesa e segurança na UE.

emergentes (IA militar, sensores, drones, semicondutores) continuam a ser importadas. Este cenário reforça o *hard power* europeu, mas aprofunda a submissão estratégica. A NATO continua forte, mas a UE mantém um papel subalterno na definição das agendas globais.

Fontes relevantes: SIPRI (2024), RAND (2021), NATO SFA (2022), Biscop (2021).

Cenário 2: Autonomia regulatória e inovadora

Impulsionada por uma reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento e pela reformulação do Fundo Europeu de Defesa, a Europa reduz e flexibiliza a sua regulamentação, promove *hubs* tecnológicos de duplo uso e integra a defesa no contexto do *Green Deal* e da *Digital Europe*. O investimento em IA, semicondutores e cibersegurança aumenta de forma coordenada. O mercado de capitais europeu é consolidado. A UE torna-se exportadora de equipamentos e serviços de defesa. A sua presença internacional reforça-se.

Fontes relevantes: Bruegel (2023), Blanchard et al. (2021), Fiott (2023), European Commission (2024).

Cenário 3: Fragmentação e crise de sustentabilidade

As tensões políticas internas na UE bloqueiam a criação de mecanismos comuns de financiamento. O aumento das despesas de defesa gera instabilidade orçamental, nomeadamente no sul da Europa. Países como Itália, Portugal e Grécia veem os seus rácios de dívida pública crescer perigosamente. Os mercados financeiros reagem negativamente, agravando o custo do financiamento. A contestação social aumenta. A indústria europeia de defesa entra em colapso parcial. A dependência de armamento externo torna-se estrutural.

Fontes relevantes: Eurostat (2024), Tooze (2018), De Grauwé (2012), OECD (2023).

A revolução regulatória e o vínculo estratégico com África

Independentemente dos cenários acima descritos, há um fator crítico para o sucesso europeu que atravessa todas as variáveis: o acesso seguro e competitivo a matérias-primas estratégicas. Elementos como terras raras, cobalto, lítio, grafite e níquel são indispensáveis para a produção de chips, baterias, motores, munições inteligentes e

sensores de nova geração. Neste campo, a Europa encontra-se perigosamente vulnerável, como documenta o *Critical Raw Materials Act* da Comissão Europeia (2023)¹⁷. Mais de 60% do cobalto mundial provém da República Democrática do Congo, enquanto grande parte da refinação e processamento está nas mãos da China (IEA, 2022). Esta sujeição coloca em risco a soberania industrial europeia. O fortalecimento de vínculos estratégicos com países africanos produtores de matérias-primas é, assim, vital. Contudo, como argumentam autores como Sanou (2021) e Signé (2022), as empresas europeias enfrentam grandes obstáculos para operar em África devido ao excesso de regulamentação europeia – nomeadamente em matéria de *compliance*, anti-branqueamento de capitais (AML/CFT), e taxonomia de investimentos sustentáveis.¹⁸

A simplificação e flexibilização do quadro jurídico-financeiro europeu é, portanto, não apenas uma questão de eficiência económica interna, mas uma condição *sine qua non* para a projeção externa da Europa enquanto ator industrial e estratégico. Tal como sugerido pelo European Council on Foreign Relations (ECFR, 2024), a criação de um “Canal Verde Africano”¹⁹ – mecanismo de facilitação financeira e diplomática para investimento europeu em África – permitiria desbloquear o acesso a matérias-primas, apoiar o setor privado africano e reduzir a influência da China e da Rússia naquele continente.

Esta agenda exige uma visão integrada. Como sublinha Charles Michel (2023), “não há autonomia estratégica europeia sem uma política africana ambiciosa e sustentável”. Neste sentido, a geoeconomia da defesa deve incluir uma geopolítica dos recursos, um novo contrato com o setor privado europeu e uma diplomacia orientada para a criação de cadeias de valor euro-africanas. A cooperação em segurança marítima, combate ao terrorismo e capacitação tecnológica deve andar a par com parcerias económicas estruturantes.

Reengenharia para a soberania

A hipótese central deste ensaio mantém-se: sem uma transformação económica profunda baseada na redução e simplificação normativa, na união fiscal e no reforço dos

17 European Commission (2023). *Critical Raw Materials Act*. Brussels. Documento-chave que identifica 34 matérias-primas críticas para a autonomia estratégica europeia e propõe metas de extração, refinação e reciclagem dentro da UE.

18 Signé, L. (2022). *Africa's Fourth Industrial Revolution: The Path to Inclusive Development*. Brookings Institution. O autor sublinha os desafios impostos pelo excesso de regulação europeia às empresas que pretendem operar em África.

19 European Council on Foreign Relations (2024). *Europe's Green Channels: A Strategy for African Raw Materials*. ECFR Policy Brief. O relatório propõe a criação de um “Canal Verde Africano” como via estratégica para garantir o acesso europeu a matérias-primas essenciais.

mecanismos financeiros comuns – em particular a união dos mercados de capitais – a Europa arrisca-se a não conseguir atingir o objetivo de investir 5% do PIB em defesa sem colapsar economicamente – e acabará por aprofundar a sua subordinação aos EUA e à Ásia.

O projeto *ReArm Europe/Prontidão 2030* só será bem-sucedido se for entendido como parte integrante de um novo contrato geoeconómico europeu, assente em:

- regulamentação inteligente e orientada para resultados;
- inovação *dual-use* como motor da competitividade industrial;
- uma diplomacia económica ativa, nomeadamente no continente africano;
- e uma governação fiscal europeia adaptada ao século XXI.

Sem esta reformulação estrutural, a Europa correrá o risco de investir massivamente em defesa apenas para descobrir, uma vez mais, que está a financiar a supremacia de outros.

Bibliografia

- Aghion, P. and Howitt, P. (2009) *The Economics of Growth*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Binns, R., Veale, M., Van Kleek, M. and Shadbolt, N. (2023) *The AI Act and Its Discontents*, European Law Journal.
- Blanchard, O., Leandro, A. and Zettelmeyer, J. (2021) *Redesigning EU Fiscal Rules*. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics.
- Blanchard, O., Leandro, Á. and Zettelmeyer, J. (2021) *Revisiting the EU Fiscal Framework: Rationale, Pitfalls, and Options*. Brussels: Bruegel.
- Blanchard, O., Leandro, Á. and Zettelmeyer, J. (2021) *Redesigning EU Fiscal Rules: From Rules to Standards*. Washington, DC: PIIE.
- Biscop, Sven (2020). *Europe and Trump: Strategic Autonomy at Last?* Egmont Institute
- Blyth, M. (2013) *Austerity: The History of a Dangerous Idea*. Oxford: Oxford University Press.
- Boucher, S. and Delaporte, M. (2022) *European Dual-Use Innovation: The Missing Link*. Paris: EUISS.
- Boulanin, V. et al. (2023) *Responsible Artificial Intelligence in Military Applications: Challenges and Pathways*. Stockholm: SIPRI.
- Bruegel (2023) *A Sovereignty Fund for Europe: How and Why*. Brussels: Bruegel.
- Bruegel (2023) *Europe's Venture Capital Gap in Dual-Use Technologies*. Brussels: Bruegel.
- Capital Markets Union Progress Report (2024) Brussels: European Commission.

- Coker, C. (2021) Why War? Oxford: Oxford University Press.
- De Grauwe, P. (2012) The Governance of a Fragile Eurozone. Brussels: CEPS.
- DoD – U.S. Department of Defense (2022) U.S. National Defense Strategy. Washington, DC: DoD.
- Draghi, M. and Macron, E. (2023) Europe Must Act Now or Become Irrelevant, Financial Times, 12 March.
- ECFR (2024) Europe and Africa: Strategic Partnership or Missed Opportunity? Brussels: European Council on Foreign Relations.
- EDA – European Defence Agency (2024) Technology Gaps in European Defence. Brussels: EDA.
- EUISS (2023) Strategic Foresight 2035: Towards a More Autonomous Europe. Paris: EUISS.
- Eichengreen, B. (2015) Hall of Mirrors: The Great Depression, the Great Recession, and the Uses-and Misuses-of History. Oxford: Oxford University Press.
- European Commission (2023) Critical Raw Materials Act. Brussels: European Commission.
- European Commission (2024) Capital Markets Union Progress Report. Brussels: European Commission.
- European Commission (2024) Green Deal Industrial Plan. Brussels: European Commission.
- European Innovation Scoreboard (2024) Brussels: European Commission.
- Eurostat (2024) General Government Gross Debt – Annual Data. Brussels: European Commission.
- Fiott, D. (2023) Defence Innovation and the European Defence Fund. Paris: EU Institute for Security Studies (EUISS)
- Fiott, D. (2023) Defence Innovation and the European Union. Paris: EU Institute for Security Studies (EUISS)
- Gilli, A. and Gilli, M. (2020) 'The Diffusion of Drone Warfare', *Security Studies*, 29(5), pp. 755-786.
- Gilli, A. and Gilli, M. (2020) 'Why China Has Not Caught Up Yet: Military-Technological Superiority and the Limits of Imitation', *International Security*, 45(2), pp. 141-189.
- Hamilton, D. (2020) The Transatlantic Bargain at Risk. Washington, DC: Foreign Policy Institute.
- Harrison, M. (2003) Accounting for War: Soviet Production, Employment, and the Defence Burden, 1940-1980. Cambridge: Cambridge University Press.

- Howorth, J. (2019) Strategic Autonomy and EU Defence Policy. London: Palgrave Macmillan.
- IEA – International Energy Agency (2022) The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions. Paris: IEA.
- Jeangène Vilmer, J.-B. (2022) La guerre algorithmique. Paris: Presses Universitaires de France.
- Kagan, R. (2018) The Jungle Grows Back: America and Our Imperiled World. New York: Knopf.
- Kaldor, M. (1999) New and Old Wars. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Khan, S. (2022) AI and the Future of Conflict: Lessons from DARPA. Washington, DC: Brookings Institution.
- Kissinger, H., Schmidt, E. and Huttenlocher, D. (2021) The Age of AI: And Our Human Future. New York: Little, Brown and Company.
- Krugman, P. (2022) The Return of Fiscal Policy, The New York Times, Economic Review.
- Leonard, M. (2021) The Age of Unpeace: How Connectivity Causes Conflict. London: Bantam Press.
- Luttwak, E. (1990) From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce, *The National Interest*, (20), pp. 17-23.
- Mazzucato, M. (2013) The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths. London: Anthem Press.
- Mazzucato, M. (2018) Mission-Oriented Research & Innovation in the EU: A Problem-Solving Approach. Brussels: European Commission.
- Michel, C. (2023) Speech on Strategic Autonomy and Africa. Brussels: European Council.
- Morel, L. (2022) A Capital Union for a Defence Union', CEPS Policy Insight.
- NATO (2022) Strategic Foresight Analysis. Brussels: NATO Publications.
- NATO (2024) Defence Expenditure of NATO Countries (2014-2024). Brussels: NATO Publications.
- NATO (2025) Haia Summit Communiqué. Brussels: NATO Publications.
- Nye, J. S. (2004) Soft Power: The Means to Success in World Politics. New York: PublicAffairs.
- Nye, J. S. (2021) Do Morals Matter? Presidents and Foreign Policy from FDR to Trump. Oxford: Oxford University Press.
- Nye, J. S. and Welch, D. (2021) Understanding Global Conflict and Cooperation. London: Pearson.
- OCDE (2023) Government at a Glance: Europe. Paris: OECD Publishing.

- Philippon, T. (2019) *The Great Reversal: How America Gave Up on Free Markets*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Pisani-Ferry, J. (2023) *Fiscal Policy for the Green and Digital Transition*, Bruegel Policy Contribution, (09 / 2023).
- Pisani-Ferry, J. and Zettelmeyer, J. (2020) *The European Union Recovery Fund: Designing Collective Investment*. Brussels: Bruegel.
- RAND Corporation (2021) *Global Strategic Trends 2035*. Santa Monica: RAND.
- Romer, P. M. (1990) Endogenous Technological Change, *Journal of Political Economy*, 98(5), pp. S71-S102.
- SIPRI (2024) *Trends in International Arms Transfers*, 2023. Stockholm: SIPRI.
- Sanou, B. (2021) *Africa-Europe Partnership: Private Sector as a Catalyst*. Mo Ibrahim Foundation.
- Signé, L. (2022) *Africa's Role in the Global Supply Chain*. Washington, DC: Brookings Institution.
- Sloan, S. (2021) *Defense of the West: NATO, the European Union and the Transatlantic Bargain*. Manchester: Manchester University Press.
- Toozé, A. (2018) *Crashed: How a Decade of Financial Crises Changed the World*. London: Penguin Books.
- Vestager, M. (2023) *Speech on Digital Sovereignty*. Brussels: European Commission.
- Wright, T. (2020) *Aftershocks: Pandemic Politics and the End of the Old International Order*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Zachmann, G. and Tagliapietra, S. (2021) *The Cost of Europe's Technological Dependence*. Brussels: Bruegel.
- Zachmann, G. and Tagliapietra, S. (2021) *The Weakness of EU Venture Capital*, Bruegel Policy Contribution.
- Zuboff, S. (2019) *The Age of Surveillance Capitalism*. New York: PublicAffairs.